DOI: https://doi.org/10.61895/pl.v19i36.22602

ANÁLISE DO POTENCIAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE

Marcelo da Silva Taveira
Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Professor do Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS / UFRN)
E-mail: marcelo.taveira@ufrn.br

Êndel Raul Pachêco da Costa
Doutorando em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFRN).
E-mail: ndel.raul@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por finalidade analisar o potencial do Turismo de Base Comunitária (TBC) no território potiguar, a partir de pesquisas documental e bibliográfica e de consultas à portais online que tratam dessa temática. Utilizou-se de arcabouço teórico desenvolvido pelo Ministério do Turismo e as produções científicas recentes que refletem sobre o TBC e suas repercussões políticas, socioeconômicas, culturais e ambientais nos diversificados territórios e realidades no cenário brasileiro. A análise em curso constata que o Rio Grande do Norte possui potencial no domínio da oferta turística para o desenvolvimento de iniciativas de TBC, bem como instrumentos legais que incentivam e amparam institucionalmente o fomento à implementação de ações e estratégias no campo político direcionadas a esse modelo de gestão e de organização territorial para fins turísticos.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Território; Rio Grande do Norte.

ANALYSIS OF THE POTENTIAL OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

This article aims to analyze the potential of Community-Based Tourism (TBC) in the state of Rio Grande do Norte, based on documentary and bibliographical research and consultations with online portals that deal with this topic. We used a theoretical framework developed by the Ministry of Tourism and recent scientific productions that reflect on the TBC and its political, socioeconomic, cultural and environmental repercussions in diverse territories and realities in the Brazilian scenario. The ongoing analysis finds that Rio Grande do Norte has potential in the field of tourism for the development of TBC initiatives, as well as legal instruments that

encourage and institutionally support the implementation of actions and strategies in the political field aimed at this model of management and territorial organization for tourism purposes.

Keywords: Community-Based Tourism; Territory; Rio Grande do Norte.

Introdução

O turismo é uma atividade econômica e uma prática social, cuja gênese reside no âmago da sociedade industrial, mais precisamente a partir do século XIX, uma invenção dos ingleses no cerne do capitalismo moderno e uma expressão desse modo de produção emergente. Embora, um grupo formado por conceituados pesquisadores clássicos se referiam à origem do turismo a partir do século XVI e com o advento do *Grand Tour*[1] (Urry, 1996; Boyer, 2004; Andrade, 2004; Hoerner, 2011) e até mesmo antes desse período em decorrência das viagens por motivos diversos (eventos, peregrinações, fins terapêuticos...), configurando-se como a fase de desenvolvimento do pré-turismo, conforme descreve Boyer (2003). Na visão de Krippendorf (2000, p. 22) "o turismo moderno se tornou um dos fenômenos mais notáveis e mais singulares da nossa época. Para descobrir sua natureza, é necessário tentar compreender como se ligam os elementos, quais são as causas e os efeitos, os desejos e as realidades".

Nesta discussão, o turismo é compreendido como um fenômeno sociocultural, em decorrência de sua lógica e dinâmica socioespacial e cultural, aprofundada pelo desenvolvimento do capitalismo e transformado em uma potente atividade econômica a partir do século XX (Figueiredo, 2010; Boyer, 2003; Moesch, 2002; Padilla, 1980).

Nessa perspectiva, Padilla (1980, p. 19, tradução nossa) afirma que:

> O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu local de residência habitual ou de outro, onde não desenvolvem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

[1] *Grand tour*: viagens que os jovens ingleses abastados realizavam, acompanhados de seus competentes e ilustrados preceptores, às principais cidades europeias dos séculos XVIII e XIX. Sob o importante e respeitável rótulo de "viagens de estudos", assumia o valor de um diploma que lhes conferia significativo *status* social (Andrade, 2004, p. 9). Para os ingleses ricos e poderosos da época, esse tipo de viagem era a coroação do processo de formação educacional e profissional dos jovens aristocratas.

A expansão e consolidação do turismo como uma potente atividade econômica e fenômeno de massas tem como marco inicial o século XX, dada a ferocidade e estruturação do sistema capitalista que alcança todos os continentes e regiões do planeta. Assim, Boyer (2003) considera que é nesse século, sobretudo no período pós-guerra, que se firma na sociedade capitalista a relação paradoxal entre o turismo "inventado" pela elite, e as práticas do turismo de massa. Para o autor, "o turismo contemporâneo é o herdeiro das formas elitistas. Passou-se de um pequeno número às massas sem revolucionar o conteúdo" (Boyer, 2003, p. 31).

A atmosfera capitalista em processo de globalização do mundo pós-guerra, em meados do século XX, colaborou com o nascedouro de uma cultura de massa (produção e consumo em escala, lema do fordismo), cuja padronização, a natureza mercantil e sua força abrupta, proporcionou uma ruptura no *modus operandi* no mundo das viagens, até então conhecido, em que o turismo deixa de forma gradual de ser um privilégio da alta aristocracia e passa a ser consumido também por novas camadas da burguesia e pelas classes médias da sociedade como funcionários públicos de nível elevado, industriais/homens de negócios e profissionais liberais (Corbin, 1989; Hoerner, 2011; Boyer, 2004).

O turismo de massa como fenômeno da sociedade contemporânea, ramifica-se de forma mais agressiva no século XX (Hoerner, 2011; Boyer, 2004), e sua ascensão deve-se à globalização do capitalismo, à modernização dos meios dos transportes (do tipo carro e avião), ao emprego de novas técnicas e tecnologias no mundo das viagens, às conquistas sociais e aos direitos trabalhistas (férias remuneradas e folgas programadas), e à diversificação da oferta turística (meios de hospedagem, alimentação, entretenimento...). Para Urry (1996) o crescimento do turismo nesse período representou a democratização da viagem, iniciada em meados do século XIX com o desenvolvimento da viagem de massa por trem.

Para Boyer (2004, p. 94) o "turismo elitista, como o do passado, era solitário, e o de hoje, sempre criador de lugares e práticas, tem uma sazonalidade de distinção: os próprios ritmos das migrações diferenciam. O turismo de massa contemporâneo é sazonal não por ser imitação da motivação aristocrática, mas ao menos pela obrigação das datas de férias".

Uma problemática recente que ganhou fôlego a partir dos anos 2010 é o fenômeno do overturismo[2] / turismofobia[3], crescente em cidades e regiões da Europa, internacionalmente reconhecidas como destinos de turismo de massa. Assim, um contraponto ao turismo de massa em franca expansão e com repercussões globais no que diz respeito aos efeitos socioculturais, econômicos, políticos e ambientais nos destinos, surge uma alternativa de resiliência e de enfoque sustentável a esse modelo hegemônico de desenvolvimento do turismo, intitulado de Turismo de Base Comunitária (TBC).

Turismo de Base Comunitária: da concepção teórica ao empirismo

A discussão sobre os fundamentos teóricos e implicações empíricas do TBC no Brasil, inicia-se no final do século XX em que alguns fatos antecedentes contribuíram para a sua compreensão e fomento, dos quais, destacam-se: turismo de massa, Turismo Rural Comunitário (TRC), paradigma do desenvolvimento sustentável, necessidade de criação de possibilidades de inclusão e trabalho para comunidades indígenas e campestres, e políticas pontuais para o estabelecimento em diferentes territórios de uma forma de turismo comunitário (Maldonado, 2009; Coriolano, 2009).

Maldonado (2009, p. 31) define turismo comunitário como

> toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

---

[2] *Overtourism* descreve destinos onde anfitriões ou convidados, locais ou visitantes, sentem que há demasiados muitos visitantes e que a qualidade de vida na área ou a qualidade da experiência se deteriorou inaceitavelmente. É o oposto do Turismo Responsável, que consiste em utilizar o turismo para melhorar lugares para morar e melhorar lugares para visitar. Muitas vezes, tanto os visitantes como os convidados experimentam a deterioração simultaneamente e rebelar-se contra ela (Goodwin, 2017, p. 1, tradução nossa). Refere-se ao fenômeno contemporâneo decorrente do turismo de massa, que segue pujante no século XXI.

[3] O termo 'turismofobia' popularizado também no século XXI, seria uma reação por parte dos residentes, comumente citada em trabalhos onde o tema é o *overtourism* compreendida então como uma consequência do mesmo, ou seja, infere-se a ideia de que há um momento em que os residentes passam a ter a percepção de que o turismo é um dos principais fatores no declínio de sua qualidade de vida, e/ou do ambiente que residem, seja pela pressão sobre os recursos naturais, seja pelo sobrecarregamento das infraestruturas locais (Rodrigues, 2021, p. 29).

ISSN: 1982 -193X

Tendo o turismo comunitário como ponto de partida e fonte de inspiração, a discussão sobre a concepção, relevância e materialização do TBC ganha força nas produções acadêmicas e nas agendas de governos de países da América Latina. A respeito do TBC como um modelo alternativo de desenvolvimento de turismo de base local, destaca-se a seguinte reflexão:

> O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino. Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista (Bursztyn, Bartholo, Delamaro, 2009, p. 86).

Na construção teórica dos autores, nota-se que a hospitalidade e a relação visitantes – comunidades anfitriãs é uma centralidade na discussão sobre TBC, contrapondo-se ao cenário do turismo de massa caracterizado por produção e consumo em larga escala, em que muitas vezes, os consumidores turísticos são direcionados ou motivados a devorarem paisagens e colecionarem álbuns de lugares visitados, sem a riqueza proporcionada pela cultura e estilo de vida dos lugares visitados, e, tampouco sem a experimentação de vivências cotidianas e singulares junto às comunidades anfitriãs. Nessa direção, há um paradoxo e uma fronteira atitudinal entre o sujeito do turismo, o destino e as pessoas do lugar.

O TBC configura-se como "uma alternativa real aos padrões "pasteurizados" de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental (Irving, 2009, p. 115). Portanto, julga-se necessária a construção de uma política pública de TBC robusta e coerente com a diversidade e particularidades regionais, que além de integrar a agenda institucional dos governos (federal, estaduais, municipais), também se conecte às reais demandas e potencialidades das comunidades anfitriãs, respeitando assim, a identidade e o patrimônio cultural e ambiental de cada realidade territorial/local.

De acordo com a definição técnica do Ministério do Turismo,

ISSN: 1982 -193X

> O Turismo de Base Comunitária são formas de gestão do turismo que prezam pelo protagonismo das comunidades anfitriãs e em sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, com o compromisso de gerar benefícios coletivos, promover a solidariedade e a cooperação entre os envolvidos, valorizar a cultura local, proteger a natureza e proporcionar a troca de saberes, vivências e experiências interculturais entre visitantes e comunidades (Brasil, 2024, p. 12).

O TBC se estrutura teórico-metodologicamente a partir de princípios, que segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2024, p. 14) são:

a) **Autogestão**: o exercício coletivo do poder, com corresponsabilidade e transparência de informações, é fundamental. As comunidades determinam seus objetivos coletivos, os meios para alcançá-los e estabelecem as regras do processo, sendo compreendidas como as reais protagonistas do desenvolvimento da atividade turística em seus territórios;
b) **Equidade Social**: no Turismo de Base Comunitária, o princípio da equidade social está no compromisso com a defesa de uma sociedade justa, inclusiva, segura e democrática, com a geração e distribuição equitativa dos benefícios e das oportunidades advindos do turismo, com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das comunidades e com a redução de barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que resultam em exclusão ou desigualdade;
c) **Solidariedade**: como atividade integrante da Economia Solidária, o Turismo de Base Comunitária tem como premissa a solidariedade entre os atores sociais para que se estabeleçam relações de confiança e se fortaleça a coesão social das comunidades, o que contribui para a defesa de interesses coletivos e do bem comum em sobreposição à defesa de interesses privados;
d) **Cooperação**: pode ser compreendido como o contexto interativo em que as ações dos integrantes favorecem o alcance dos objetivos coletivos. No Turismo de Base Comunitária se pressupõe um ambiente favorável a práticas de cooperação entre os atores sociais, facilitando ações coordenadas, contribuindo para o fortalecimento da coesão social, o empoderamento e aumento do capital social, para o desenvolvimento do turismo de forma associativa, cooperativa e/ou organizada coletivamente no território, dentro da perspectiva da Economia Solidária;
e) **Responsabilidade Socioambiental**: corresponde ao comprometimento, a deveres e a atribuições de todos, Estado, iniciativa privada e cidadãos, na gestão eficiente e sustentável dos recursos sociais, ambientais e econômicos. O TBC se contrapõe ao turismo de massa na escala dos impactos, com o compromisso de proteção da natureza e da preservação dos ecossistemas locais; e

ISSN: 1982 -193X

f) **Interculturalidade**: no Turismo de Base Comunitária, a interculturalidade é concebida no encontro e no diálogo entre turistas e autóctones, possibilitando o intercâmbio e o estreitamento de laços e/ou relações, com base na convivência democrática, no respeito e na troca de experiências, vivências e saberes, buscando a integração sem anular a diversidade. Nesse sentido, faz-se importante a valorização da cultura local, o reconhecimento e a promoção dos modos de vida para elevar o sentimento de pertencimento e autoestima das comunidades.

A definição oficial e os princípios de TBC sinalizados pelo Ministério do Turismo resultam dos Projetos "Brasil, essa é nossa praia!" e "Brasil, Turismo Responsável", contribuindo assim, para a construção de uma base técnico-científica para a compreensão do TBC e suas ramificações na condição de uma alternativa de gestão do turismo em diferentes territórios situados nas cinco macrorregiões do país (Brasil, 2024; Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c; Brasil, 2023d; Brasil, 2023e).

O TBC é compreendido neste artigo como um modelo ou forma de gestão do turismo na perspectiva do desenvolvimento territorial de natureza endógena, ética e autônoma, cuja governança é da seara de organizações comunitárias e territorializadas em ambientes rurais e/ou urbanos, a partir de elementos socioculturais e ambientais de cunho turístico.

Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no território Potiguar

Nesta discussão corrobora-se com as reflexões teórico-metodológicas de Souza (2002, p. 24-25) que, indica que o turismo alternativo, dentre os quais o TBC, constitui-se com uma "mediação possível de dar algum dinamismo econômico a esses lugares [...], com fator de desenvolvimento local, concebido como um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes". Para o autor, o desenvolvimento do TBC seria uma alternativa viável aos efeitos econômicos do turismo de massa, bem como uma espécie de medida compensatória desses efeitos.

A centralidade do turismo alternativo é o local, que passa a ser referenciado não apenas no campo valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, "um espaço que por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas, e enseja a continuidade de formas mais ambientalmente

sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre sociedade e natureza" (Souza, 2002, p. 27).

Na perspectiva empírica, "experiências de TBC no Brasil datam de meados dos anos 1990, e foram organizadas independentemente de ações públicas" (Brasil, 2010, p. 17). [...] e enfatiza que "a partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do País, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC" (Brasil, 2010, p. 17).

O TBC além de expressar materialmente e de forma institucionalizada uma contraposição ao modelo hegemónico de turismo em curso, desenvolve-se (em tese) por meio de territórios alternativos, criativos e responsáveis. Sendo assim, Haesbaert (2006, p. 11) adota a terminologia "territórios alternativos" pelo viés crítico aos espaços hegemônicos,

> que se alia a esperança por uma 'alternativa' que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes. Mas alternativos, também, no sentido de novas perspectivas teóricas para analisar o espaço dos homens que, superam a dicotomia entre sensibilidade e razão, experiência e representação.

Apesar de não se referir diretamente ao Turismo de Base Comunitária, Haesbaert consegue apresentar uma reflexão profunda no tocante à gênese da concepção de território alternativo, assim, conectando-se indiretamente ao conteúdo e à forma do desenvolvimento de TBC.

Na realidade do Rio Grande do Norte, região do nordeste brasileiro, encontra-se iniciativas e experiências de TBC a partir de territórios alternativos existentes no âmbito das 11 Instâncias de Governança Regional para fins turísticos inseridas no Mapa Brasileiro do Turismo (https://www.mapa.turismo.gov.br).

Percurso metodológico

A pesquisa é do tipo exploratório-descritiva de abordagem qualitativa e de cunho crítico-reflexivo, cujas fontes analisadas são de natureza documento e bibliográfica a respeito da temática do estudo. Foram consultadas e analisadas as políticas, estratégias, ações e iniciativas no contexto do TBC no território potiguar, a partir da literatura especializada e de informações disponíveis em sites e plataformas online que tratam da questão.

ISSN: 1982 -193X

Os documentos e o arcabouço bibliográfico são referentes à literatura especializada, considerando a produção técnico-científica recente e o material produzido pelo Ministério do Turismo.

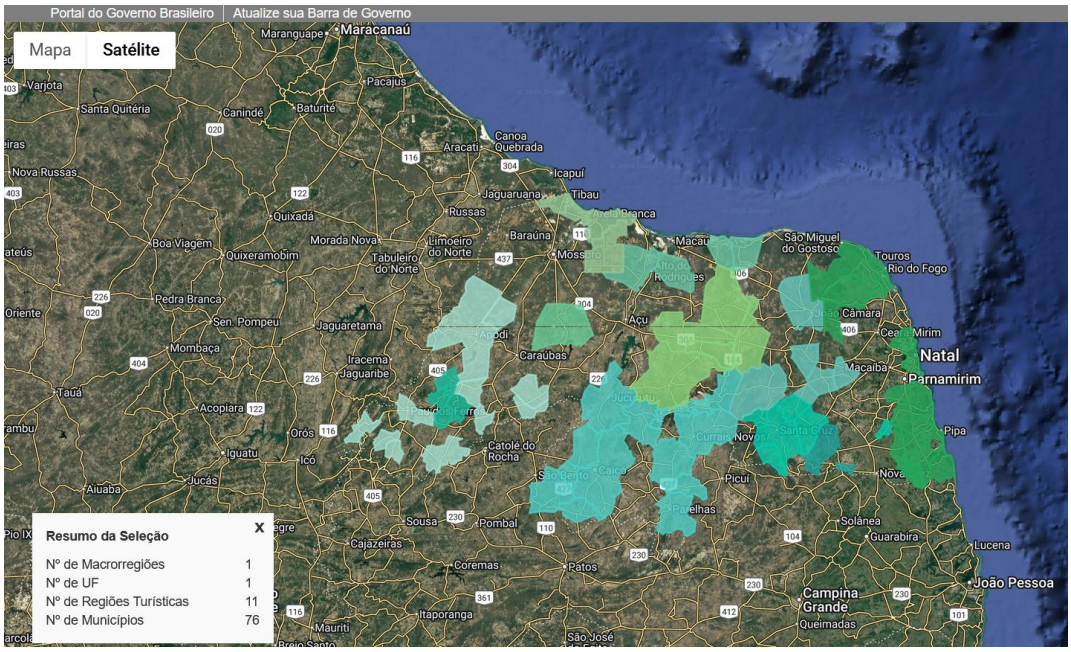
Considerou-se no processo de coleta e interpretação dos dados secundários, as informações disponíveis no Mapa Brasileiro de Turismo Responsável (https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/b3cabded-fdf5-4f0a-822a-378c65934901/sheet/344fb0ee-776d-44f6-94e5-405c3c625638/state/analysis), para identificar as boas práticas de TBC em desenvolvimento no Rio Grande do Norte (RN).

O recorte espacial do estudo tem como ponto de partida as regiões e municípios turísticos ou com potencial, partir de informações secundárias extraídas do Mapa Brasileiro do Turismo[4] (https://www.mapa.turismo.gov.br), conforme ilustrado a seguir:

[4] O Mapa Brasileiro de Turismo é o principal instrumento da gestão pública federal que enseja a governança dos municípios turísticos através da criação e do funcionamento comprovado por atas de conselhos municipais e regionais (conselhos gestores dos polos de turismo) (Brasil, 2023a, p. 65).

ISSN: 1982 -193X

Figura 1 – O RN no Mapa do Turismo Brasileiro



Fonte: Ministério do Turismo (2025).

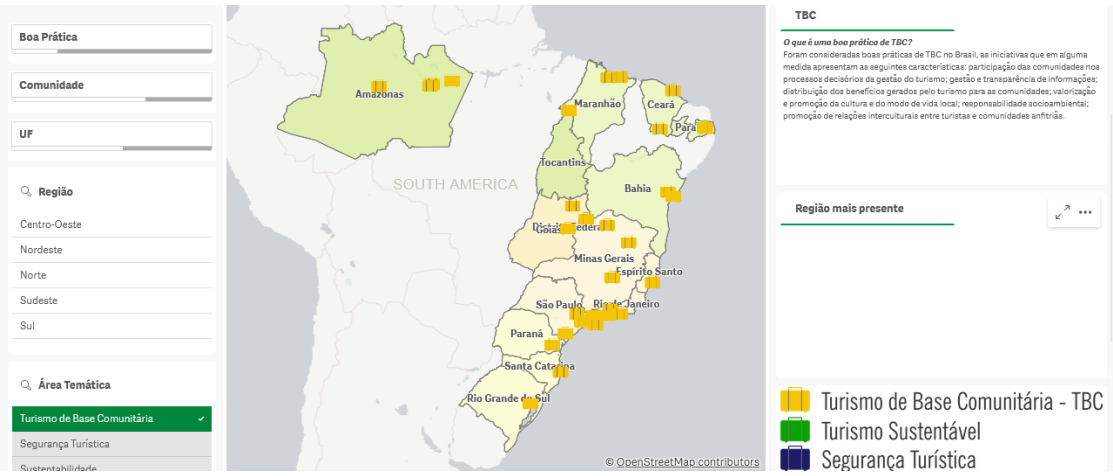
De acordo com o mapa, o Brasil possui 357 regiões turísticas que abrigam 2.668 municípios, catalogados em observância a critérios estabelecidos no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). No Rio Grande do Norte há 11 regiões turísticas e 76 (figura 1) municípios integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro, para checagem de evidências a respeito de iniciativas exitosas ou boas práticas de TBC no território potiguar.

Discussão dos resultados

Destacam-se como principais resultados obtidos no decorrer da pesquisa, as boas práticas de TBC inseridas no Mapa Brasileiro do Turismo Responsável, instrumento virtual que possibilita a identificação de iniciativas que impactam positivamente os lugares em que são desenvolvidas. Além de boas práticas de TBC, o mapa contempla iniciativas no campo da Segurança Turística e da Sustentabilidade. As boas práticas de TBC estão sinalizadas na figura a seguir:

ISSN: 1982 -193X

Figura 2 – Boas práticas de TBC no Brasil

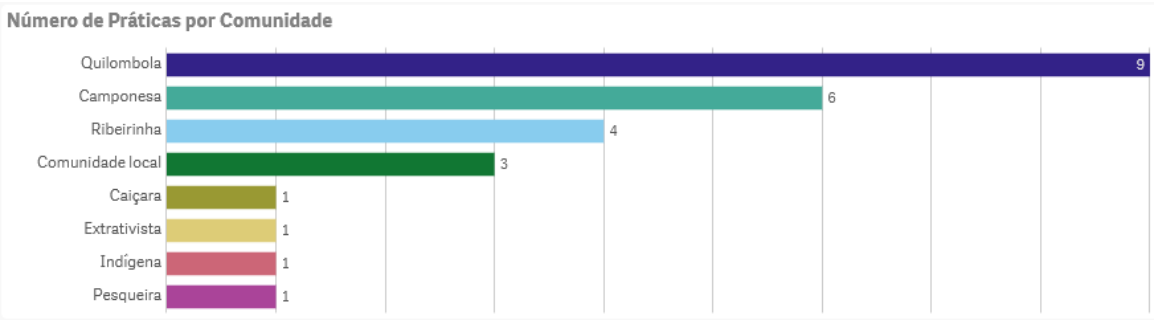


Fonte: Mapa Brasileiro do Turismo Responsável / MTur (2025).

De acordo o Projeto "Brasil, Turismo Responsável" desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), considerou-se como uma boa prática de TBC, as iniciativas que em alguma medida apresentam as seguintes características: participação das comunidades nos processos decisórios de gestão do turismo; gestão e transparência de informações; distribuição dos benefícios gerados pelo turismo para as comunidades; valorização e promoção da cultura e do modo de vida local, responsabilidade socioambiental; promoção de relações interculturais entre turistas e comunidades anfitriãs.

Nesse sentido, o quantitativo de boas práticas de TBC existentes no Brasil em relação à tipologia da comunidade totalizou 43 práticas catalogadas distribuídas em 35 municípios de 15 Unidades Federativas (UF) das 5 macrorregiões do país, como ilustra a figura a seguir:

Figura 3 – Boas práticas de TBC no Brasil



Fonte: Mapa Brasileiro de Turismo Responsável / MTur (2025).

ISSN: 1982 -193X

No entanto, não há registro de boas práticas de TBC no Rio Grande do Norte, conforme consta no mapa virtual (https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/b3cabded-fdf5-4f0a-822a-378c65934901/sheet/344fb0ee-776d-44f6-94e5-405c3c625638/state/analysis), o que possivelmente não traduz a partir de evidências empíricas a realidade potiguar, pois existem iniciativas que podem ser consideradas boas práticas de TBC no território potiguar em conformidade com as características definidas pelo Ministério do Turismo/UFRN.

No contexto do Mapa do Turismo Brasileiro, verificou-se que uma boa prática no campo do TBC encontra-se na região turística denominada de Costa Brasil, que integra cinco municípios, a saber: Areia Branca, Baraúna, Mossoró, Serra do Mel e Tibau.

Assim, constatou-se na pesquisa realizada, que o Parque Nacional da Furna Feia[5] (Parna da Furna Feia) situado nos municípios de Baraúnas e Mossoró, na mesorregião Oeste Potiguar e na região turística Costa Branca, desenvolve o Programa de Turismo de Base Comunitária que possui uma experiência exitosa considerada uma boa prática de TBC que pode ser replicada e inspirar outras iniciativas existentes no Brasil. Essa boa prática é denomina de Prendas que resultou na produção e divulgação do Catálogo de Produtos e Serviços: Turismo de Base Comunitária do Parque Nacional da Furna Feia, lançado no dia 31 de outubro de 2023.

Figura 4 – Catálogo de Produtos e Serviços: TBC do Parque Nacional da Furna Feia

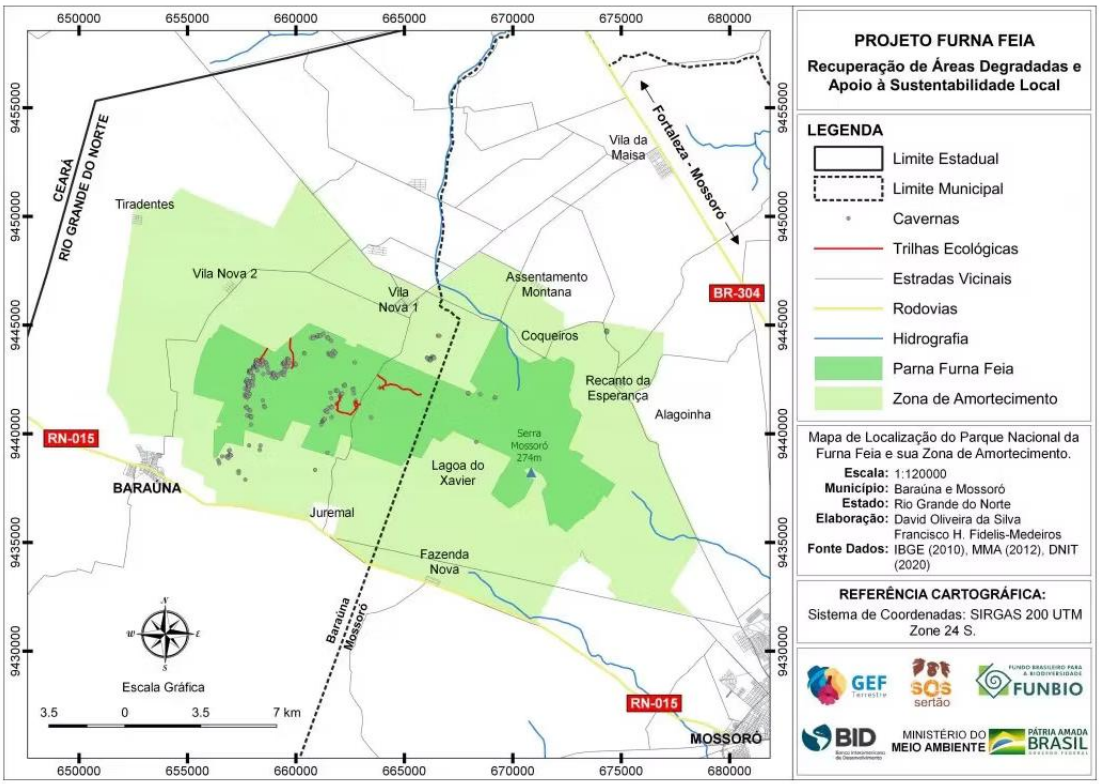
[5] O Parna da Furna Feia, criado em 5 de junho de 2012, é responsável por proteger o patrimônio espeleológico e a biodiversidade do bioma Caatinga. Há 207 cavernas conhecidas no interior do Parna, além de outras 44 na sua Zona de Amortecimento. A área protegida possui cerca de 8.494 hectares, 56% localizados no município de Baraúna e os 44% restantes em Mossoró. As cavernas Furna Feia e Furna Nova são as principais cavidades naturais da UC. A Furna Feia, que deu origem ao nome do parque, possui atributos físicos de relevância máxima, pois é a maior caverna do complexo, com seus 739 metros de desenvolvimento. Já a Furna Nova, segunda maior caverna da UC, apresenta até o momento 250 metros mapeados (mas o potencial é muito maior) e possui espeleotemas únicos, tais como a maior cortina do Estado, atingindo mais de seis metros, além do maior ninho de pérolas de caverna (ICMBio, 2023).

ISSN: 1982 -193X

Fonte: Parna da Furna Feia (2023).

De acordo com a coordenação do Programa Turismo de Base Comunitária: "ao adquirir um produto/serviço da Prendas, você está apoiando ações de TBC para a qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e inclusão social das famílias que moram no entorno do Parque Nacional da Furna Feia" (https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cavernas/publicacoes/catalogo-tbc-furna-feia.pdf).

Figura 5 – Mapa do Parna da Furna Feia



Fonte: ICMBio, 2020.

ISSN: 1982 -193X

São 5 comunidades do município de Baraúna (RN) e 6 comunidades do município de Mossoró abrigados pelo Parna da Furna Feia, que valorizam a conservação, a biodiversidade, a cultura e a história regional e local para o desenvolvimento do turismo sustentável por meio do Turismo de Base Comunitária. A visitação é agendada, controlada e supervisionada pela gestão do Parque. O território apresenta significativo potencial para o desenvolvimento do TBC na perspectiva responsável, como preconiza o Ministério do Turismo em suas diretrizes e orientações técnicas, em particular, no tocante aos princípios de TBC (Brasil, 2024, p. 14): a) autogestão; b) equidade social; c) solidariedade; d) cooperação; e) responsabilidade socioambiental; e f) interculturalidade.

O TBC é fomentado no Parna, em conformidade com os fundamentos teóricos destacados no Catálogo de Serviços produzido pelos atores locais, em que consideram o TBC como um " modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a valorização da história e da cultura, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da unidade de conservação" (Brasil, 2019), em que cada produto e serviço desenvolvido pelo Programa TBC recebe a marca Prendas, um selo de qualidade e origem. Trata-se de uma iniciativa pioneira em prol do TBC existente no território potiguar, implementado a partir das premissas da sustentabilidade e da inclusão das comunidades anfitriãs.

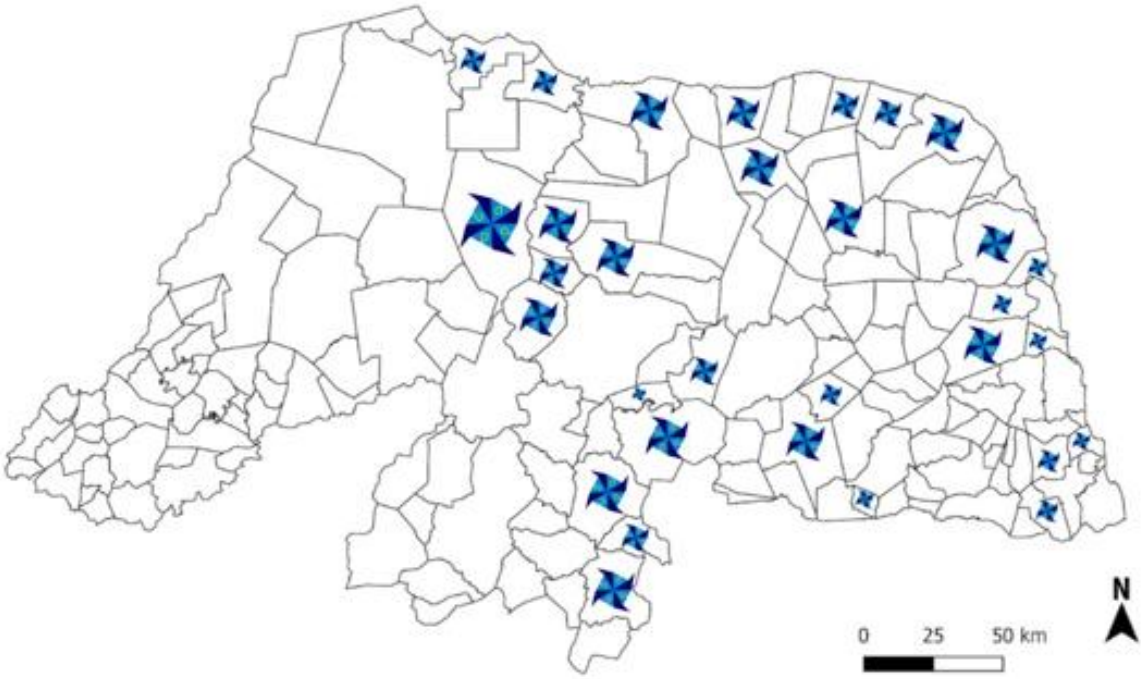
Outro esforço institucional vem da Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários (INICIES), vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFRN, que de forma sistemática propõe ações para o apoio e desenvolvimento da Economia Solidária no estado do Rio Grande Norte, por meio da formação de trabalhadores, estudantes, técnicos e professores, pautando a autonomia de seus sujeitos, a solidariedade, cooperação, e autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Desde 2012 desenvolve projetos de fomento à economia solidária e incidência política; e em 2025 o grupo possui 42 membros composto por professores, pesquisadores, discentes, bolsistas e lideranças sociais, e recentemente tem articulado ações e estratégias para fortalecer e estruturar o TBC no Rio Grande do Norte.

Figura 6 – Identidade visual da Rede de TBC do RN

Fonte: INICIES/UFRN (2025).

A seguir, apresenta-se a ilustração do mapeamento de iniciativas de TBC existentes no Rio Grande do Norte realizado pela equipe do INICIES, considerando as informações coletadas junto às lideranças comunitárias por meio de instrumento de pesquisa com uso do *Google Forms/Drive* e em banco de dados institucionais que abrigam documentos a respeito dessas iniciativas:

Figura 7 – Iniciativas de TBC no Rio Grande do Norte



Fonte: INICIES/UFRN (2025).

Foram catalogadas até o ano de 2025, 31 iniciativas ligadas ao TBC no território potiguar pelo grupo INICIES da UFRN. No entanto, consta-se que as inciativas da região Oeste Potiguar como o exemplo relatado anteriormente, a respeito da experiência do Parna da Furna Feira, não foi considerada; tampouco as iniciativas em curso situadas na região Seridó do estado como a organização e gestão do turismo no Povoado Quandú, em Currais Novos, que a partir de um grupo de mulheres produtoras rurais, o TBC ganha forma e conteúdo no território do Seridó Geoparque Mundial da Unesco, apesar do estágio incipiente de desenvolvimento no qual a iniciativa se encontra.

Ainda no contexto da região do Seridó, foi criada a Lei nº 3.977 de 23 de dezembro de 2024, por meio da Câmara Municipal de Vereadores de Currais Novos, em que institui a política pública municipal de Turismo de Base Comunitária, cujos principias objetivos são:

> I - Estimular formas de autogestão comunitária voltadas à organização coletiva do turismo, intensificando a coesão social e a autonomia das comunidades anfitriãs para serem efetivamente as protagonistas do planejamento e da gestão da atividade turística em seus territórios; II - Direcionar os benefícios da atividade turística para as comunidades anfitriãs, visando promover melhorias na qualidade de vida, no bem-estar social e na geração de emprego e renda local; III - Proteger a dignidade humana e os direitos fundamentais dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, dos povos afrodescendentes, dos assentamentos rurais, da agricultura familiar, das comunidades locais e dos grupos sociais em condições de vulnerabilidade; IV - Realizar ações integradas e transversais ao desenvolvimento das comunidades envolvidas com o Turismo de Base Comunitária, reconhecendo suas singularidades e demandas específicas; V - Promover a adequada infraestrutura dos destinos, comunidades e empreendimentos do Turismo de Base Comunitária, para um desenvolvimento local sustentável e responsável... (Lei 3.977, de 23 de dezembro de 2024).

Há um Projeto de Lei (PL) em discussão no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) com a finalidade de criar e institucionalizar a política estadual de Turismo de Base Comunitária (TBC), para fortalecer e estruturar as iniciativas existentes no território potiguar, e estimular a organização de novas iniciativas nos municípios turísticos e/ou com potencial.

O Instituto Vivejar que atua no campo da consultoria turística destaca no site institucional do grupo empresarial que: “Apoiamos a sua comunidade a estruturar e fortalecer o turismo, com base no modelo de gestão de Turismo de Base Comunitária, fortalecendo o coletivo, construindo ações e entregas sempre de forma conjunta”

ISSN: 1982 -193X

(https://grupovivejar.com.br/instituto-vivejar). Assim, o TBC aparece no portfólio técnico da organização, que realizou ações no biênio 2023-2024 em algumas regiões do Rio Grande do Norte, em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), na tentativa de fomentar o TBC no estado pelo viés do Turismo Responsável, conforme as evidências encontradas a partir das ações desenvolvidas.

Com a denominação de "Projeto de Turismo de Base Comunitária no Rio Grande do Norte: elaboração e gestão de projetos", o Instituto Vivejar tem implementado ações para fortalecer e expandir as experiências de TBC em quatro comunidades, conforme consta no site institucional (https://grupovivejar.com.br/case/projeto-de-desenvolvimento-do-turismo-de-base-comunitaria-no-rio-grande-do-norte/). As comunidades atendidas pelo projeto fazem parte da região turística Costa das Dunas, em que o principal segmento turístico é o "sol e praia", são elas: Território Potiguara Katu (Canguaretama/Goianinha) – Comunidade indígena; Comunidade do Porto (Canguaretama) – Comunidade de ostreicultores; Comunidade Quilombola de Sibaúma (Tibau do Sul) – Comunidade quilombola; e Aproostras (Tibau do Sul) – Outra comunidade de ostreicultores.

Segundo o Instituto Vivejar, o Projeto TBC RN configura-se a partir da tríade metodológica "desafio – solução – resultados", como denota-se no quadro a seguir:

Quadro 1 – Método de trabalho do Instituto Vivejar

Desafio	Solução	Resultados
A Secretaria Estadual de Turismo e o SEBRAE RN receberam a missão de promover a interiorização do turismo no Rio Grande do Norte. O objetivo era claro: diversificar a oferta turística e fomentar o turismo de base comunitária, expandindo as possibilidades além do tradicional sol e mar. Para isso, surgiu a pergunta: como integrar comunidades tradicionais e práticas sustentáveis ao turismo regional, gerando impacto positivo	O projeto foi iniciado com um importante e profundo diagnóstico sobre as comunidades, parceiros e instituições que atuam nos locais. Após a elaboração e apresentação de uma análise minuciosa, foram iniciadas atividades de fortalecimento do coletivo e de capacitação, com oficinas sobre turismo de base comunitária, iconografia local, artesanato, roteirização e precificação turística, apoio à organização de eventos locais, acompanhamento	4 comunidades atendidas 111 reuniões realizadas 47 visitas e imersões nas comunidades

ISSN: 1982 -193X

para a economia local e valorizando a cultura dessas comunidades? Foi nesse contexto que nasceu o projeto piloto de Turismo de Base Comunitária, executado pelo Instituto Vivejar ao longo de 16 meses. **Esse desafio trouxe à tona questões importantes: como transformar essas comunidades em protagonistas de uma experiência turística sustentável? Como respeitar suas tradições e culturas ao mesmo tempo em que se gera desenvolvimento econômico? A resposta para essas perguntas foram reveladas com a apresentação dos resultados e aprendizados desse projeto pioneiro no RN.**	dos líderes nos principais eventos nacionais e assessoria contínua ao longo dos meses. Durante os encontros, nossa equipe promoveu o desenho de roteiros e experiências turísticas personalizadas de forma coletiva, bem como apoiou cada envolvido a estarem preparados para a operação e parceria desses roteiros. O projeto encerrou a partir da finalização das etapas de acesso ao mercado com a realização de *FAMTOUR* com agências de Natal, planejamento participativo, relatório de transformações e resultados, e o encerramento oficial do projeto com a visita da Governadora do Estado, Fátima Bezerra, às experiências nas comunidades.	18 oficinas realizadas 59 pessoas mobilizadas 54% dos participantes são mulheres 21 eventos realizados (participação e apoio)

Fonte: Organização dos autores (2025) a partir do Instituto Vivejar (2024).

Ainda, de acordo com as publicações do Instituto Vivejar, os efeitos do Projeto TBC no RN são mensuráveis com base na atuação das consultoras e das parcerias celebradas, cuja constatação é que

> entre as comunidades beneficiadas estão o Território Potiguara Katu, a Comunidade do Porto, a Comunidade Quilombola de Sibaúma, e a Comunidade Indígena Sagi-Trabanda. O projeto envolve a criação de roteiros turísticos que destacam as tradições culturais e naturais locais, com oficinas e ações que fortalecem a capacidade das comunidades de gerir e promover o turismo sustentável. Desde o lançamento, o projeto já foi apresentado em diversos eventos do setor e resultou na mobilização de aproximadamente 70 pessoas ativamente envolvidas (https://grupovivejar.com.br/interiorizacao-do-turismo-potiguar-avanca-com-parceria-entre-sebrae-e-governo-do-rn/).

O Instituto Vivejar promoveu nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, uma imersão aos territórios atendidos pelo Projeto TBC RN, e destacou que a experiência

> conectou agências de viagens de Natal às ricas culturas e paisagens do litoral sul do Rio Grande do Norte. O *Famtour*, parte do Projeto de Turismo de Base Comunitária no Rio Grande do Norte – uma iniciativa da Setur-RN e do Sebrae-RN, planejada e executada pelo Instituto Vivejar –, proporcionou aos participantes a oportunidade de vivenciar experiências autênticas e fortalecer o turismo de base comunitária nas comunidades atendidas pelo projeto... e que esse *Famtour* teve como objetivo principal fomentar o turismo responsável, conectando agências de viagens a experiências que geram impactos positivos tanto para os visitantes quanto para as comunidades anfitriãs. Ao mergulhar na cultura, história e cotidiano das comunidades tradicionais, os participantes puderam compreender e valorizar a importância de preservar o legado cultural e ambiental dessas regiões (Instituto Vivejar, novembro/2024).

De acordo com as gestoras do Instituto, foram os seguintes benefícios gerados pelo *Famtour* em decorrência projeto juntos a atores e agentes envolvidos:

- A**gências de viagens:** Os participantes do *Famtour* ampliaram seus portfólios com novas opções de roteiros e produtos turísticos, agregando experiências autênticas e diferenciadas para seus clientes, agregando ao segmento de sol e praia roteiros culturais e imersivos;

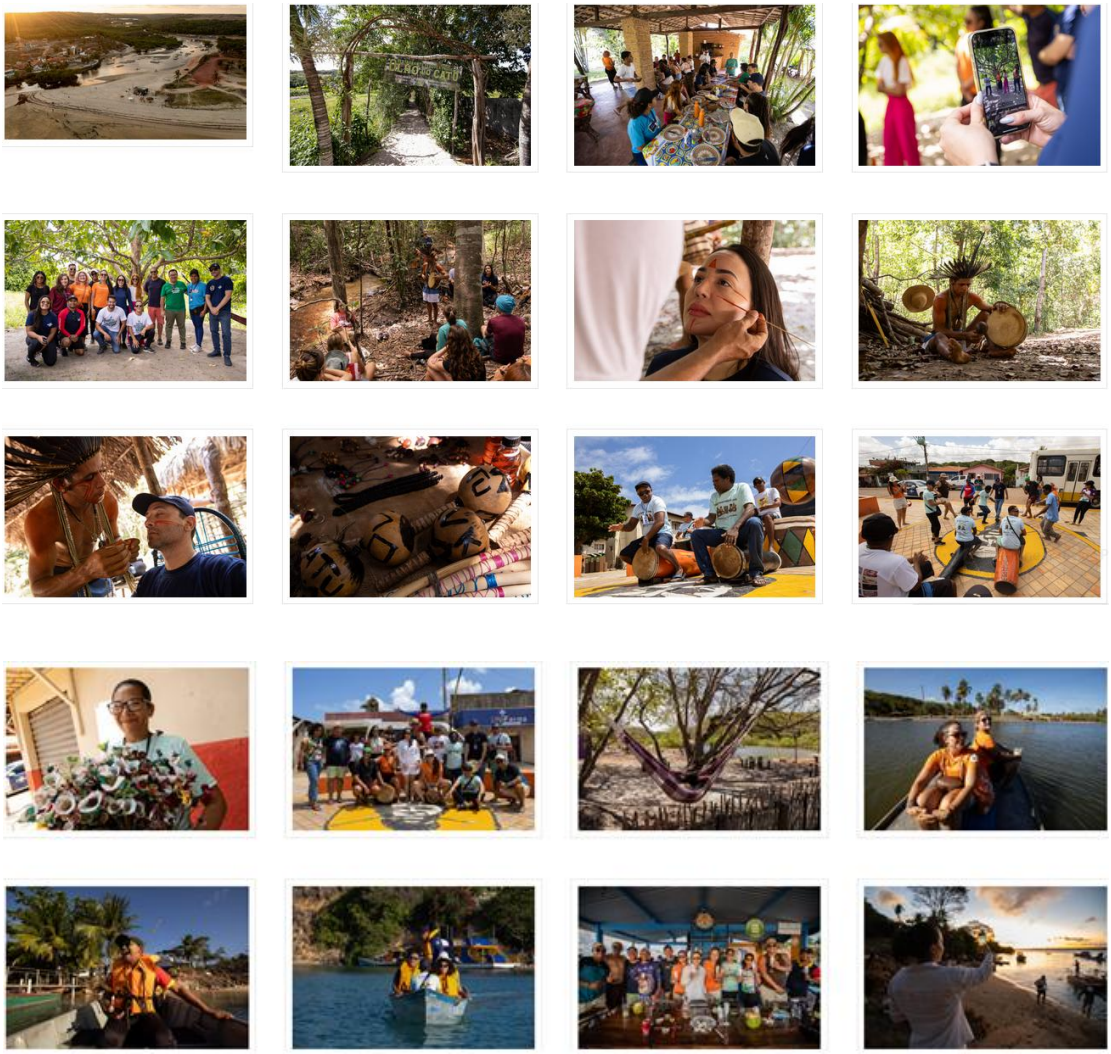
- **Comunidades tradicionais:** As comunidades anfitriãs receberam os visitantes de braços abertos, fortalecendo suas iniciativas locais e gerando renda por meio do turismo; e

- Destino: O litoral sul do Rio Grande do Norte consolida sua posição como um destino sustentável e comprometido com práticas responsáveis, e amplia as opções além do Sol e Praia.

O Instituto Vivejar afirma que essa iniciativa "reforça o potencial do TBC como uma ferramenta para promover o desenvolvimento local, a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura". E, ratifica sobre a potência da imersão, dizendo que: "Ao conectar agências de viagens a comunidades tradicionais, o projeto contribui para o fortalecimento do turismo responsável, onde todos se beneficiam". A seguir, tem-se um mosaico de imagens dos momentos vivenciados pelos participantes da ação:

ISSN: 1982 -193X

Figura 8 – *Famtour* TBC RN



Fonte: Instituto Vivejar (2024).

Reconhece-se o esforço de empresas de consultoria, órgãos oficiais de governo, de agências de fomento, e até mesmo, da academia, no que concerne à proposição e realização de ações programadas com finalidade de estruturar ou fortalecer ou impulsionar iniciativas de TBC existentes no país, em particular, no Rio Grande do Norte. Entretanto, compreende-se que o TBC é uma forma ou alternativa de gestão do turismo endógena, cujos princípios estabelecidos pelo Ministério do Turismo foram elencados neste texto.

Não considerar e respeitar esse conjunto de princípios, e incentivar ações e estratégicas para fins meramente promocionais e comerciais, podem resultar em efeitos não desejáveis, e por vezes, colaborar para que o processo de turistificação desses territórios siga pelas vias da

massificação (oferta/demanda e produção/consumo), em alguma medida, inspiradas pela mesma forma/conteúdo, que histórico e socialmente, contrapôs-se ao modelo de desenvolvimento turístico hegemônico denominado de turismo de massa.

Considerações finais

Com a realização deste estudo, identificou-se um quantitativo em desenvolvimento de iniciativas de TBC no território do Rio Grande do Norte, de acordo com o levantamento realizado, são fomentadas desde 2012 e seguem sendo implementadas até os dias atuais, mas de forma embrionária. Com o incentivo do Governo do Estado, do SEBRAE e da UFRN (os quais se configuram como órgãos de promoção do desenvolvimento regional sustentável em que geralmente realizam trabalhos de identificação, diagnóstico, qualificações, treinamentos, consultoria, entregam resultados e, posteriormente, os projetos de TBC têm autonomia para desenvolver seus próprios trabalhos) essas iniciativas estão em processo de estruturação e fortalecimento.

Constatou-se que, o Mapa Brasileiro de Turismo Responsável no que se refere as Boas Práticas de TBC, apresenta lacunas no levantamento e caracterização dessas iniciativas, ao não identificar os trabalhos de TBC em desenvolvimento no Rio Grande do Norte pontuados neste estudo. Assim, sugere-se a realização de um novo mapeamento, a atualização da plataforma e a inserção de iniciativas que atendam aos requisitos e se adequem aos princípios de TBC na perspectiva do Turismo Responsável.

Destarte, esta pesquisa contribui com os estudos de TBC no domínio teórico e crítico-reflexivo no sentido de reconhecer o TBC como uma alternativa sustentável e responsável ao modelo de turismo de massa, em que este colabora significativamente com os impactos negativos (a exemplo do *overturismo* e da turismofobia tratados neste texto), em detrimento aos efeitos positivos, diferentemente do TBC, em que as comunidades estão no cerne da gestão, do planejamento e cooperam entre si, contribui para o diminuição das desigualdades sociais, gera renda e possibilidades de negócios na realidade das comunidades anfitriãs, valorização da cultura do lugar, dentre outros benefícios do desenvolvimento dessas iniciativas, colaborando assim, para o bem-estar dos atores locais e dos visitantes/turistas que visitam esses territórios de desenvolvimento sustentável e responsável.

Referências

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2004.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ; Letra e Imagem, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf.

BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. Bauru, SP: EDUCS, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do Turismo de Base Comunitária no Brasil: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/dinamica-e-diversidade-do-turismo-de-base-comunitaria.pdf.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas** [recurso digital] - Coordenado por Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini. – Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023c. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55430.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Base Comunitária**: construção de indicadores para o alcance da agenda 2030 no Brasil [recurso digital] - Coordenado por Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini. – Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023d. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55433.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária**: guia prático para comunidades e turistas [recurso digital] - Coordenado por Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini. – Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023e. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55437.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária**: manual orientador para gestores públicos e privados [recurso eletrônico] - Coordenado por Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini. 1. ed. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília:

Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58770.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Responsável - dimensão Turismo de Base Comunitária:** levantamento e sistematização das políticas, programas e projetos desenvolvidos em âmbito nacional e estadual - Coordenado por Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023b. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55428.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Responsável no Brasil [recurso eletrônico]: Tendências, estratégias e fomento em Sustentabilidade, Turismo de Base Comunitária e Segurança Turística / Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini (coord.). Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023a. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/56891.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In.: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ; Letra e Imagem, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf.

CORBIN, Alain. **O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In.: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ; Letra e Imagem, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

GOODWIN, Harold. The Challenge of Overtourism. **Responsible Tourism Partnership**, v. 4, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://haroldgoodwin.info/wp-content/uploads/2020/08/rtpwp4overtourism012017.pdf.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HOERNER, Jean-Mechel. **Geopolítica do Turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

INSTITUTO VIVEJAR. **Projeto de Turismo de Base Comunitária do Rio Grande do Norte**. Edição 2023-2024. Disponível em: https://grupovivejar.com.br/turismo-de-base-comunitaria-um-futuro-promissor-do-turismo-responsavel/.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In.: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (Org.). Turismo de Base **Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ; Letra e Imagem, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2000.

LEI 3.977 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024. Institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária do município de Currais Novos e dá outras providências. Currais Novos: **Câmara Municipal de Vereadores de Currais Novos**, 2024. Disponível em: https://sapl.curraisnovos.rn.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2024/3347/lei_3.977.2024_-_institui_a_politica_municipal_de_turismo_de_base_comunitaria_do_municipio_de_currais_novos_e_da_outras_providencias.pdf.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In.: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ; Letra e Imagem, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RODRIGUES, Felipe Ishara. **Overtourism – As novas e velhas questões do turismo de massa**. Trabalho de Concluso de Curso. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2021.

Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/a593b9d0-74bd-46b9-83d2-3bc28f3ca9bd/2021.FelipeIsharaRodrigues.TGI.pdf.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In.: RODRIGUES, Adyr Balastreri. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1999.

Recebido em 2025-02-28

Revisado em 2025-03-11

Aprovado em 2025-07-29